UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2022**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PEDAGOGIA (580)**
Disciplina	**3420 - POLITICAS E GESTAO DA EDUCACAO BASICA**
Turma	**PEM**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: 170

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Intervenção do Estado nos processos de elaboração e implementação das políticas públicas e da legislação educacional no Brasil e no Paraná. Gestão e Financiamento da Educação Básica. Planejamento, acompanhamento e avaliação do sistema educacional brasileiro. Preparação e execução de Atividade Extensionista, a partir dos conteúdos da disciplina.

I. Objetivos

Geral: Estudar as políticas educacionais contemporâneas e seus reflexos na educação básica nacional e paranaense.
Específicos:
-contemplar tensões entre instituições, movimentos e coletivos no cenário educacional brasileiro tendo como premissa a constituição do estado de direito.
-analisar a legislação educacional brasileira e paranaense com enfoque em seus avanços e contradições tendo como referencial a gestão democrática.
-articular conteúdos teóricos e práticos próprios do contexto de trabalho escolar.

II. Programa

I- Conceitos fundamentais de Ciência Política
-Política
-Sociedade
-Estado
-Governo
II- Políticas educacionais brasileiras e conjuntura internacional
-Constituição do Estado brasileiro.
-Organismos de regulação econômica e sua influência no planejamento e no financiamento da educação.
-Mobilização social e participação popular nas políticas educacionais. III - Legislação educacional: avanços e contradições
-A educação na Constituição Federal de 1988.
-A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96.
-A Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
-Legislação educacional e organização curricular da escola no Estado do Paraná.

III. Metodologia de Ensino

Aulas expositivas, leituras, elaboração de textos. Indicação de artigos científicos, que deverão ser lidos previamente pelos estudantes, possibilitando uma participação efetiva nos debates, referentes a cada unidade do programa. Serão realizadas aulas dialogadas, com a colocação de problemas a serem analisados incentivando o posicionamento dos estudantes e análise crítica das questões. Uso de metodologias diversificadas: discussão de problemáticas em grupos; apresentação de filmes; realização de seminários; pesquisas orientadas; realização de trabalhos em grupo, pesquisas bibliográficas. Análise de documentos escolares e de acontecimentos do cenário educacional à luz dos conteúdos estudados. Ações extensionistas de mediação sobre políticas educacionais e gestão democrática da educação básica junto a órgãos oficiais vinculados à Educação pública e ao direito de crianças e adolescentes, bem como comunidades escolares. Emprego de tecnologias digitais da informação e comunicação para atividades não presenciais.

IV. Formas de Avaliação

Ao longo do curso o aluno será avaliado de acordo com a especificidade das temáticas abordadas em sala por meio de instrumentos avaliativos como provas, trabalhos em grupo, fichamento, debates, seminários, trabalhos escritos, resenhas entre outros. Para as atividades na plataforma institucional Moodle, o processo poderá ser avaliado por meio dos acessos as atividades disponibilizadas e participação síncrona quando programado. A avaliação dos (das) acadêmicos (as) deverá ser adaptada garantindo a diversidade de meios e instrumentos avaliativos considerando àqueles estudantes que não conseguirem realizar os acessos por motivos justificáveis de problemas e/ou dificuldades com o acesso e uso da internet e das TICs.
Será proporcionada recuperação de rendimento por meio de provas, seminários, trabalhos ou outros instrumentos de avaliação.

V. Bibliografia

Básica

ADRIÃO, Theresa & PERONI, Vera. (orgs.) O público e o privado na educação: Interfaces entre Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005.
ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.
BRASIL. Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2022**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PEDAGOGIA (580)**
Disciplina	**3420 - POLITICAS E GESTAO DA EDUCACAO BASICA**
Turma	**PEM**
Local	**GUARAPUAVA**

Carga Horária: **170**

PLANO DE ENSINO

em http//:planalto,gov.br/ccivil_03_Ato2011/Lei/L13005.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2015.
FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Educação. v. 16, n.48, jan/abril 2011.
; CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educação e Sociedade. Campinas, vol 24, n. 82, p. 93-130, abr 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v24n82/a05v24n82.pdf, acessado em 04/02/2020.
FERNANDES, Florestan. Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual. São Paulo: Hucitec, 1994.
HOLANDA, Francisco Uribam Xavier de. Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
IANI, OCTAVIO. As origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. Ajuda externa para a educação brasileira: da Usaid ao Banco Mundial. Cascavel: Edunioeste, 1999.
PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003. VIEIRA, Lerche Vieira. Política educacional em tempos de transição. Brasília: Plano, 2000.
SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação LDB: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.
. Da nova LDB ao Fundeb. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
SAPELLI, Marlene L. S. Políticas educacionais do governo Lerner no Paraná (1995-2002). Cascavel: Igol, 2003. WEFFORT, Francisco C. Os clássicos da política. São Paulo: Ática, 2011.

Complementar

HIDALGO, Angela M.; SILVA, Ileizi L. F. (Org.) Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 90. Londrina: EDUEL, 2001.
LIMA, Antonio Bosco. (org.) Estado, políticas educacionais e gestão compartilhada. São Paulo: Xamã, 2004.
SAES, Décio. Coronelismo e estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: SAES, Décio. Estado e democracia: ensaios teóricos. 2.ed. Campinas: IFCH, 1998. p.71-114.
SHIROMA, Eneida; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000.

APROVAÇÃO

Inspetoria:	DEPED/G
Tp. Documento:	Ata Departamental
Documento:	10/2022
Data:	09/07/2022